

UFLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO - ADMINISTRADOR



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL PROGEPE Nº 84, DE
23 DE DEZEMBRO DE 2025**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO



UFLA

Técnicos-Administrativos em Educação - Administrador

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de diferentes gêneros textuais: Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, compostos por diferentes linguagens, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.....	1
Reconhecer marcas argumentativas, identificando estratégias utilizadas e efeitos de sentido. Estratégias de argumentação e posicionamento autoral em gêneros diversos	2
Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto, de seus principais tópicos e das relações estabelecidas entre essas partes.....	4
Identificar o sentido global de um texto.....	5
Identificar fato e opinião. Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor...	7
Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor etc.).	9
Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto (intertextualidade). Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes	10
Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto	12
Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente)	15
Identificar mecanismos de coesão e de coerência textuais presentes em gêneros textuais diversos. Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.	17
Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras e os efeitos de sentido (s) decorrentes desse uso	19
Reconhecer e analisar os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais	31
Identificar variedades e adequação de linguagem	35
Analisar as características linguísticas próprias de textos multissemióticos.....	38
Conhecimentos linguístico-textuais: Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal em gêneros diversos: pontuação.....	40

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Ortografia.....	44
Concordância nominal e verbal.....	52
Regência nominal e verbal.....	55
Colocação pronominal.....	58
Estruturação de orações e períodos.....	61
Reconhecer a significação de palavras e expressões.....	67
Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre palavras, expressões e frases.....	73
Questões.....	75
Gabarito.....	83

MATEMÁTICA

CONJUNTOS. Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto.....	1
CONJUNTOS NUMÉRICOS. Números naturais e inteiros: operações fundamentais. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, valor absoluto, intervalos.....	7
Crêterios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos.....	18
UNIDADES DE MEDIDAS. Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, ângulo, energia, informática e tempo. Transformações das unidades de medidas.....	27
Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais.....	35
Regra de três simples e composta.....	37
MATEMÁTICA FINANCEIRA. Porcentagens. Juros simples e compostos.....	39
GEOMETRIA PLANA. Semelhança e congruência de figuras planas. Triângulos e polígonos. Circunferência e círculo. Relações métricas em triângulos, círculos e polígonos regulares. Área de polígonos. Área do círculo e de figuras circulares.....	44
GEOMETRIA NO ESPAÇO. Estudo e cálculo de áreas e volumes dos sólidos: prisma, pirâmide, cilindro, cones e os respectivos troncos e esfera.....	55
FUNÇÕES. Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função afim, funções polinomiais de primeiro e segundo grau, função exponencial, função logarítmica e seus respectivos gráficos.....	64

SUMÁRIO

SUMÁRIO



SISTEMA DE EQUAÇÕES LINEARES. Sistemas lineares homogêneos e não homogêneos. Resolução de sistemas lineares: escalonamento, regra de Cramer. Sistemas equivalentes. Sistemas determinados, indeterminados e impossíveis	84
PRINCÍPIOS BÁSICOS DE ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE. Princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional	97
NOÇÕES DE ESTATÍSTICA. População, amostra	104
Distribuição de frequência	105
Média, moda, mediana	111
Interpretação de gráficos e de tabelas	113
RACIOCÍNIO LÓGICO. Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas e argumentação. Tabelas Verdade, resolução de problemas ..	121
Questões	129
Gabarito	139

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais; Conceituação de Material e Patrimônio	1
Organização do Estado, entes federativos e estruturas de administração pública direta e indireta	14
Liderança, empreendedorismo, motivação e comportamento organizacional	20
Gestão da inovação	35
Inovação Centrada no Cidadão: Necessidades da sociedade e design de serviços	36
O Patrimônio dos órgãos públicos	39
Gestão de compras, materiais e patrimônio	42
Evolução da Administração Pública (Patrimonialismo, Burocracia e Administração Pública Gerencial); Reforma do Estado no Brasil; Estado, Governo e Sociedade	43
Planejamento Estratégico e Planejamento Estratégico Situacional	56
Fundamentos da Governança Pública: Conceitos e Evolução Histórica (Governo vs. Governança); Diferença entre Governança, Gestão e Accountability; Princípios da governança pública; Mecanismos para o exercício da governança pública	62
Gestão de Riscos: Modelos de Gestão de Riscos, Identificação, Avaliação, Resposta, Monitoramento e Comunicação de riscos	72
Gestão de pessoas aplicada ao setor público	75
Integridade: Programa, pilares, plano, medidas	80
Gestão de processos; Conceitos da abordagem por processos; Acompanhamento e controle de processos; Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos ...	82

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Plano de Desenvolvimento Institucional aplicado ao contexto de instituições federais de ensino superior	85
Estruturas organizacionais e departamentalização	87
Gestão de Programas e Projetos: captação de recursos, elaboração, avaliação e fiscalização de projetos	95
Indicadores de avaliação, eficiência, eficácia e efetividade	96
Questões	103
Gabarito	110

DIREITO ADMINISTRATIVO

Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil: Lei 13.019/2014	1
Processo Administrativo: Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e suas alterações ...	27
Lei de Acesso à Informação: Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações	38
Questões	50
Gabarito	55

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, GOVERNO DIGITAL E RECURSOS INFORMACIONAIS

Conceitos Fundamentais: componentes (hardware, software, dados, pessoas, procedimentos) e tipos de sistemas de informação (operacionais, gerenciais, estratégicos)	1
Gestão e Governança de TI: Conceitos, práticas e metodologias para alinhar a TI aos objetivos organizacionais e estratégicos	3
Governo Digital e Transformação Digital no Setor Público; Conceito e Princípios do Governo Digital: Objetivos, benefícios e princípios basilares, como simplicidade, transparência, participação social e foco nas necessidades do cidadão; Estratégias de Transformação Digital: Planejamento e execução de ações para digitalização de serviços públicos, unificação de canais e interoperabilidade de sistemas (como a Rede GOV.BR e Conecta GOV.BR)	14
Serviços Públicos Digitais: Desenvolvimento e gestão de plataformas como a Conta GOV.BR e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assinatura eletrônica e software público	19

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Tecnologias Emergentes: Aplicação de Inteligência Artificial, Big Data, Business Intelligence e geoprocessamento na gestão pública para inovação e eficiência	27
Questões	29
Gabarito	35

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE PÚBLICA

O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas	1
Orçamento público. Conceito e Funções do orçamento.Princípios orçamentários.....	2
Técnicas orçamentárias	10
Ciclo orçamentário.....	12
Processo orçamentário; Plano plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.....	17
Créditos ordinários, adicionais e extraordinários; Emendas parlamentares	22
Contabilidade Pública: Princípios fundamentais	30
Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais na área pública	36
Receita pública. Conceito e classificações. Estágios e Fontes de Receita	38
Dívida ativa.....	40
Despesa pública. Conceito e classificações. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida flutuante e fundada. Suprimento de fundos	47
Licitação. Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade de licitações. Abrangência da lei, definições legais e os princípios que regem as contratações públicas; Agentes Públicos nas compras públicas; Processo licitatório; Contratações diretas; Instrumentos auxiliares. Contrato administrativo para compras na administração pública; Irregularidades nas compras na Administração Pública; Crimes em licitações e contratos administrativos.....	56
Planejamento de compras e contratações públicas; Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); Execução e inexecução. Duração, prorrogação, renovação e extinção. Revisão e rescisão.....	179
Questões	186
Gabarito.....	194

SUMÁRIO

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (artigos 1º até 5º; artigos 37 até 41; artigos 205 até 214; artigos 218 e 219).....	1
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações	27
Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.....	73
Sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa: Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e suas alterações.....	73
Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011	88
Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações.....	88
Licitações e contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	92
Organização da Administração Pública Federal: Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.....	166
Direitos do Usuário dos Serviços Públicos: Lei 13.460 de 26 de junho de 2017	199
Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras: Resolução Normativa CUNI nº. 178, de 10 de dezembro de 2025.....	205
Estatuto da Universidade Federal de Lavras: Resolução CUNI nº. 177, de 10 de dezembro de 2025.....	243
Questões	255
Gabarito.....	260

SUMÁRIO



Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\not\subset$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

$\Rightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se, e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo(ou qualquer que seja)

$\emptyset$: conjunto vazio

$\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais

$\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros

$\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais

$\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

$\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

Enumerando todos os elementos do conjunto

$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

► Funções e Objetivos da Administração de Materiais

A administração de recursos materiais é uma área essencial da gestão organizacional, responsável por planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à aquisição, guarda, movimentação e distribuição de materiais necessários para o funcionamento das organizações. Tanto no setor público quanto no privado, a correta administração de materiais impacta diretamente a eficiência operacional, a redução de custos e a qualidade dos serviços prestados.

► Definição de Administração de Materiais

Administração de materiais pode ser definida como o conjunto de atividades e processos que visa garantir que os materiais certos estejam disponíveis no momento certo, na quantidade adequada, no local correto e com o menor custo possível, sempre buscando atender às necessidades da organização e de seus usuários.

Ela envolve tanto os fluxos físicos (compra, recebimento, armazenagem, distribuição) quanto os fluxos de informação (registro, controle, acompanhamento).

Importância Estratégica:

A administração de materiais não é apenas uma função operacional: ela tem papel estratégico dentro das organizações. Um bom gerenciamento de recursos materiais:

- Reduz custos operacionais ao evitar compras desnecessárias ou excesso de estoque.
- Garante a continuidade dos serviços, evitando paradas por falta de insumos.
- Contribui para a transparência e legalidade nos gastos, especialmente na administração pública.
- Apoia o planejamento institucional, fornecendo dados sobre consumo e necessidades futuras.
- Melhora a satisfação dos usuários finais (setores internos ou cidadãos atendidos), garantindo a entrega de bens e serviços em tempo hábil.

Objetivos Principais da Administração de Materiais:

Os principais objetivos dessa área incluem:

- **Disponibilidade:** Garantir que os materiais necessários estejam sempre disponíveis para uso.
- **Custo mínimo:** Adquirir e manter os materiais com o menor custo total possível, considerando não apenas o preço de compra, mas também custos de armazenagem, transporte, manutenção e obsolescência.
- **Qualidade:** Assegurar que os materiais atendam às especificações e necessidades da organização.
- **Padronização:** Promover a uniformização de materiais, facilitando compras e controle.
- **Controle:** Monitorar os fluxos de entrada, saída e saldo dos materiais para evitar perdas, desvios e desperdícios.
- **Integração:** Garantir a comunicação entre os setores de compras, almoxarifado, finanças e usuários finais.

**LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.**

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - administração pública: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, alcançadas pelo disposto no § 9º do art. 37 da Constituição Federal ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)



Os Sistemas de Informação são compostos por diversos componentes que trabalham de forma integrada para processar dados e fornecer informações úteis:

- **Hardware:** inclui dispositivos físicos como computadores, servidores, roteadores, entre outros. O hardware fornece a base física onde os sistemas de informação são executados.
- **Software:** são os programas que controlam o hardware e executam tarefas específicas, como sistemas operacionais, aplicativos e ferramentas de produtividade.
- **Redes:** conjunto de dispositivos conectados que permitem a comunicação e a troca de informações entre si, como LAN (Local Area Network) e WAN (Wide Area Network).
- **Pessoas:** são os usuários e administradores que interagem com os sistemas de informação e tomam decisões baseadas nos dados processados.

TIPOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Sistemas de Processamento de Transações (SPT)

Os SPT são sistemas voltados para a execução e o registro das operações rotineiras da organização, como vendas, pagamentos, depósitos e cadastros. São responsáveis por registrar transações do dia a dia com alto volume de dados e baixa complexidade.

Exemplos típicos são os sistemas de ponto de venda (PDV), sistemas bancários para saque e depósito, e sistemas de folha de pagamento.

Em concursos, costuma-se enfatizar que os SPT são estruturados, operacionais e de uso diário, sendo a base para os demais sistemas mais complexos.

Sistemas de Apoio à Decisão (SAD)

Esses sistemas ajudam os gestores a tomar decisões mais acertadas, por meio da análise de dados e geração de cenários. O SAD integra informações internas (como vendas ou produção) com dados externos (como mercado ou concorrência) e apresenta alternativas.

Os SAD são semiestruturados, ou seja, lidam com situações em que parte da decisão pode ser padronizada, mas outra parte exige julgamento humano.

Bancas como FGV e FCC costumam perguntar sobre a diferença entre SAD e SPT, destacando o papel analítico do primeiro e o papel operacional do segundo.

Sistemas de Informação Executiva (EIS)

São sistemas desenvolvidos para os níveis mais altos da gestão, como diretores e presidentes. Fornecem resumos, indicadores estratégicos e dados agregados para apoiar decisões amplas e estratégicas.

Possuem interfaces simples, geralmente com dashboards e painéis com gráficos, facilitando a visualização rápida de tendências e resultados.

O foco está na visão estratégica e no auxílio à governança corporativa.

Sistemas de Gestão Empresarial (ERP)

Os sistemas ERP (Enterprise Resource Planning) integram todos os processos da organização em uma única plataforma, como finanças, recursos humanos, produção, logística e vendas. A integração é o ponto forte desses sistemas.



O Estado desempenha um papel fundamental no equilíbrio e na promoção do desenvolvimento econômico e social de um país, atuando por meio de políticas públicas e intervenções diretas na economia. Esse papel se concretiza através da gestão das finanças públicas, com destaque para o orçamento público como instrumento de planejamento e controle.

► Formas e dimensões da intervenção da administração na economia

A intervenção do Estado na economia ocorre quando há necessidade de corrigir falhas de mercado, promover a justiça social ou estimular o crescimento econômico. Essa atuação pode assumir diferentes formas e dimensões:

Intervenção Direta:

Ocorre quando o Estado participa ativamente da economia, seja como produtor de bens e serviços ou como proprietário de empresas estatais.

- Exemplo: Petrobras, Eletrobras e outras empresas públicas.

Intervenção Indireta:

A administração pública atua como reguladora e fiscalizadora das atividades econômicas. O objetivo é garantir que o mercado funcione de maneira equilibrada e dentro dos limites legais.

- Exemplo: Agências reguladoras como ANATEL (telecomunicações) e ANVISA (vigilância sanitária).

Dimensão Alocativa:

O Estado intervém para alocar recursos em setores onde o mercado, sozinho, não atua de forma eficiente, como saúde, educação e segurança pública.

- Exemplo: Construção de hospitais públicos e escolas.

Dimensão Redistributiva:

Por meio de políticas fiscais e sociais, o governo busca reduzir as desigualdades de renda e promover a inclusão social.

- Exemplo: Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Dimensão Estabilizadora:

O Estado intervém para corrigir desequilíbrios econômicos, como inflação, desemprego e recessões. Por meio de políticas monetárias e fiscais, promove a estabilidade econômica.

- Exemplo: Redução de impostos para estimular o consumo durante crises econômicas.

► Funções do orçamento público

O orçamento público é um instrumento essencial para a gestão das finanças públicas. Ele detalha as receitas (arrecadação de impostos, taxas e contribuições) e as despesas do governo em um período determinado, normalmente um ano fiscal. As principais funções do orçamento público são:



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

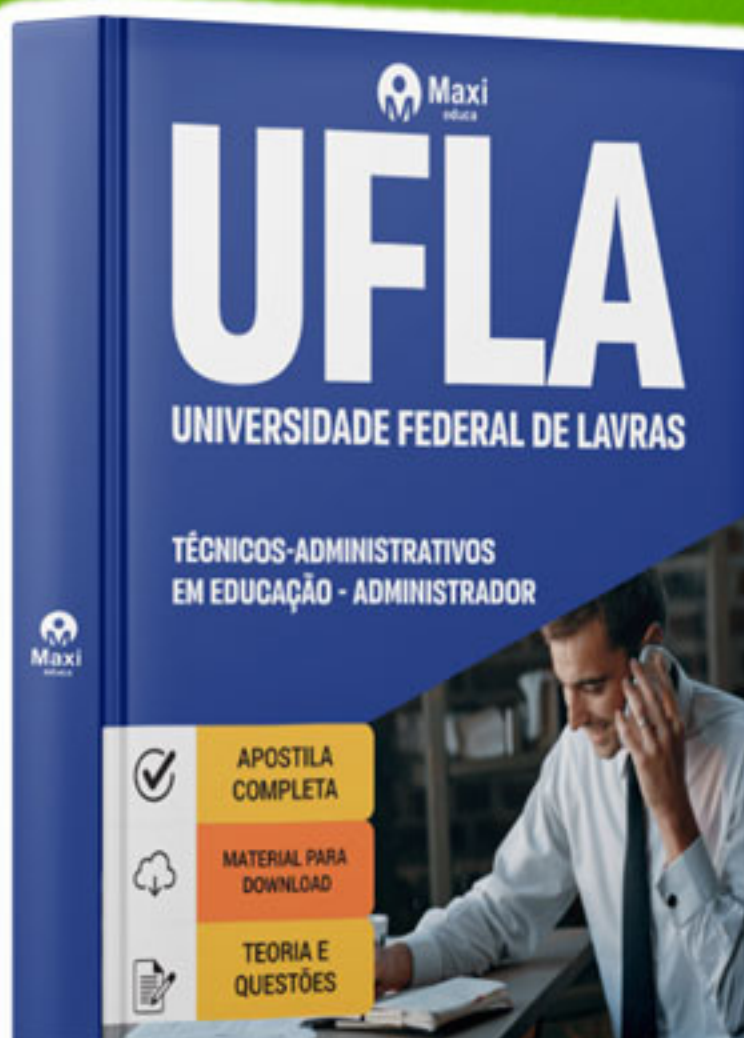
O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!